

Aprovado novo prazo para emendas ao substitutivo do Regimento Interno

Da Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte aprovou ontem, por 316 contra 41, a ampliação do prazo para a apresentação de novas emendas ao substitutivo de Regimento Interno. A proposta, de autoria do relator do substitutivo, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), na verdade foi aprovada, com o voto contrário dos parlamentares a outra proposta, do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), contrária ao novo prazo.



A proposta de Cardoso feita na sessão noturna foi uma forma de se superarem impasses ocorridos no começo da tarde pelo PFL para a votação do substitutivo. Na verdade, o que os pefelistas desejavam era eliminar o poder conferido ao Congresso constituinte para suspender a vigência de artigos da atual Constituição pelos projetos de decisão, segundo consta no parágrafo 7º do artigo 58 do substitutivo.

As 15h de ontem, logo no começo da sessão, o deputado José Thomás Nonô (PFL-AL), alegando que o substitutivo continha matérias novas, pediu um prazo para a apresentação de emendas. Ulysses disse que a Mesa daria uma resposta logo e convocou uma reunião entre os líderes do PMDB e PFL em seu gabinete. Logo depois, corria solta no plenário a informação —que seria confirmada à noite— de que os pefelistas abandonariam o plenário durante a votação se esse novo prazo não fosse concedido.

Um acordo para a apresentação de novas emendas foi obtido rapidamente entre o PMDB e o PFL, mas naufragou logo depois, quando as lideranças dos demais partidos fo-

ram chamadas ao gabinete de Ulysses.

Essa reunião terminou às 19h sem que houvesse acordo por causa da oposição dos pequenos partidos. Novas reuniões estavam convocadas para as 21h de ontem e 11h de hoje.

No entanto, às 19h45, Cardoso propôs que fosse concedido um novo prazo para a apresentação de emendas ao seu substitutivo até hoje. O senador se comprometeu a apresentar um parecer sobre elas até amanhã, último dia para a aprovação do seu substitutivo. A proposta provocou protestos do PDT, PT e PCB e a votação foi convocada. A aprovação era tida como certa, pois o PMDB e o PFL somados, possuem esmagadora maioria.

Oficialmente, os pefelistas alegam que o substitutivo de Cardoso contém determinações que não constavam nem da versão original do projeto nem de emendas. Na verdade, o que Lourenço e Chiarelli querem mudar são diversos artigos do substitutivo. A afirmação da soberania do Congresso constituinte, contida no preâmbulo do substitutivo, abre campo para que os parlamentares possam suspender a vigência de artigos da atual Constituição. Os pefelistas não concordam com isso, segundo deixaram claro ontem os líderes Chiarelli e Lourenço. Nisso, têm o apoio do líder do PTB, Gastone Righi.

Chiarelli e Lourenço querem que as lideranças partidárias possam apresentar emendas ao substitutivo. Segundo as normas provisórias do Congresso constituinte, agora só cabe a votação do substitutivo e o pedido de destaques para a eventual supressão de algum artigo. A outra hipótese seria a apresentação de emendas pelo próprio relator para a correção de erros no substitutivo.

Os pefelistas querem mudar também a composição da Comissão de Sistematização, alegando que ela se tornará um rolo compressor do



Deputados debatem com a Mesa do Congresso constituinte, na sessão noturna

Alteração gera mal-estar no PMDB

Um acréscimo ao parágrafo 7º do artigo 58 do substitutivo de Regimento Interno, determinado pessoalmente pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) quando o relator, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), se ausentara de Brasília, na noite de sexta-feira, provocou ontem mal-estar entre os peemedebistas.

Esse parágrafo cria o "projeto de decisão", que pode suspender a vigência de artigos da atual Constituição. Cada um desses projetos deve ser subscrito por um terço dos

constituintes (187) e será submetido a parecer da Comissão de Sistematização, que o deve liberar em cinco dias. A decisão caberá ao plenário, através de votação em dois turnos e por maioria absoluta.

O acréscimo determina que o projeto será definitivamente arquivado se receber parecer contrário na Comissão de Sistematização, o que não constava do acordo negociado entre o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara, e o grupo "pro-soberania do PMDB.

PMDB, já que a maioria dos presidentes e relatores das demais comissões constitucionais, que participarão daquele órgão, será de peemedebistas. Os pefelistas querem ainda reduzir o número de audiências públicas das comissões constitucionais, eliminar a iniciativa popular de

legislação e a determinação de que o Congresso Nacional, Câmara e Senado deverão adaptar seus regimentos internos ao do Congresso constituinte.

Segundo os líderes dos demais partidos, os pefelistas estão tentando ser maquiavélicos.

Dividido, PFL não sabe se mantém apoio ao governo

A trégua não durou mais do que 24 horas. Depois de unir-se ao PMDB no apoio à decisão do presidente José Sarney de suspender o pagamento dos juros da dívida externa, o PFL reiniciou no último sábado seu tiro-teio contra a "hegemonia" peemedebista no Congresso constituinte. A cada ataque ao PMDB, entretanto, o PFL aprofunda suas divisões internas. Continuar apoiando ou não a Aliança Democrática é hoje o principal problema do PFL.

A exemplo do PMDB, que ainda não sabe se é o partido do governo, o PFL tem cada vez menos certeza sobre a manutenção da Aliança e do apoio ao presidente Sarney. O último ponto de discórdia entre os dois partidos foi o substitutivo ao Regimento Interno do Congresso constituinte, preparado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). Ontem, sem acordo com o PMDB para modificar o substitutivo, deputados do PFL voltaram a pregar o rompimento da Aliança.

"Está cada dia mais difícil a convivência", disse o 1º vice-líder do PFL, Inocêncio de Oliveira (PE), que defendeu o rompimento da Aliança, tal como propusera na semana passada o deputado Jaime Santana (MA), durante reunião com presidentes de diretórios regionais do PFL. Ambos, porém, querem que o PFL se oponha ao PMDB mas não ao governo do presidente Sarney. "Não tem nada a ver uma coisa com outra", disse Oliveira, para quem é perfeitamente possível o PFL romper a Aliança e manter seus ministros no governo. Deputados mais radicais, como Thomaz Nonô (AL), querem, no entanto, o partido na oposição ao PMDB e a Sarney.

Cautela

Cauteloso, o presidente em exercício do PFL, deputado Maurício Campos (MG), diz que nada será decidido

apressadamente: "Vamos esperar isso decantar". Ele afirmou que o rompimento com o PMDB pode ser a posição de alguns deputados, mas não expressa o consenso das lideranças mais importantes do partido. Entre os que estariam contra o rompimento, citou Aureliano Chaves, Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães, todos ministros do presidente Sarney.

Segundo Campos, esta divisão terá que ser superada a partir de uma convenção nacional do partido, cuja data ainda não foi definida mas que poderá ser convocada ainda neste primeiro semestre. No caso de um rompimento por parte do PFL, Campos acredita que seus ministros terão que deixar o governo.

As eleições de 1986, a crise econômica e o consequente desgaste do PMDB formam o pano de fundo para as divergências entre os dois partidos. Elas existem, entretanto, desde o nascimento da Aliança Democrática. Formada às pressas para viabilizar a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1985, a Aliança Democrática é considerada, cada vez mais, um instrumento superado pelas circunstâncias.

Na raiz das divergências está a sucessão do presidente Sarney. Esmagado eleitoralmente pelo PMDB no ano passado, o PFL, embora com cinco ministros, sente-se cada vez menos participante do governo. Um processo que se acentua à medida que o PMDB passa a exigir cada vez mais participação, lastreado nos resultados das eleições do ano passado. Hoje, o PFL está no seguinte dilema: afastar-se do governo e definir um perfil de oposição, o que o credenciaria como alternativa ao PMDB na sucessão de Sarney, ou continuar no governo e ser sempre o sócio minoritário de seus sucessos —ou conivente com seus fracassos. (Alexandre Polesi)

Substitutivo sofre ataques por restrições a pequenos partidos

Da Sucursal de Brasília

O substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 55, ao projeto de Regimento Interno do Congresso constituinte foi criticado por 31 dos 33 parlamentares que discursaram na sessão realizada ontem das 15h05 às 19h05 para discussão da matéria. As críticas se concentraram nas normas que dificultam a articulação dos pequenos partidos no plenário da Constituinte, e na Comissão de Sistematização por seu poder de vetar proposição das demais oito comissões.

Uma proposta do deputado José Costa (PMDB-AL), 51, para que fosse aberto novo prazo de cinco dias para apresentação de emendas ao projeto foi apoiada por vários parlamentares do PMDB, PFL e de diversos pequenos partidos.

A criação da Comissão de Sistematização, proposta pelo substitutivo, foi o principal alvo das críticas. O argumento foi o de que ela terá a faculdade não só de examinar o texto da nova Carta, mas também poderá

suprimir ou emendar propostas previamente aprovadas pelas demais comissões. Isto, afirmou o deputado Vasco de Oliveira Junior (PMDB-ES), 45, a transformaria numa nova "comissão de notáveis" —como a que elaborou o projeto de Constituição a pedido do presidente Sarney no ano passado, sob a presidência do agora senador Afonso Arinos (PFL-RJ)—, e os integrantes das demais comissões em constituintes de "quinta categoria".

Ao lado da proposta da Comissão de Sistematização, as normas que dificultam a ação dos pequenos partidos no plenário, constantes no substitutivo, foram duramente atacadas. O deputado Luiz Gushiken (PT-SP), 36, fez um apelo aos parlamentares do PMDB para que lutassem pela ampliação da participação dos demais partidos e da população em geral na elaboração da nova Constituição. A deputada Lídice da Mata (PC do B-BA), 30, reclamou que o substitutivo não permite articulações para quem não pertence ao partido majoritário (PMDB).

Deputado diz que prioridade em vôos domésticos não é 'privilegio'

O terceiro-secretário da Câmara dos Deputados, Heráclito Fortes (PMDB-PI), 36, disse ontem que o acordo feito com as companhias aéreas do país, para que seja priorizado o atendimento aos constituintes em vôos domésticos, não é "um privilégio", já que "o tratamento é igual" para todos os passageiros.

Fortes, responsável pelo entendimento com as empresas, afirmou que o acordo —fechado na quinta-feira com as companhias aéreas e que já está em vigor—, visa garantir aos parlamentares o acesso às suas

bases, sem prejuízo de suas atividades no Congresso, e vai durar somente durante os trabalhos constituintes.

Essa iniciativa, segundo o deputado, se justifica pela constatação de que hoje existe uma grande demanda pelo transporte aéreo, que se torna ainda mais forte e problemática em períodos de férias ou no Carnaval. A reunião que formalizou o acordo foi realizado em Brasília, entre o terceiro-secretário e as três grandes companhias que operam no país (Varig-Cruzeiro, Vasp e Transbrasil).